



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DO MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DOS
RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA
AMAZÔNIA



GÉSSICA NAYARA DA LUZ SEREJO

A VIDA EMBAIXO DO DOSSEL

MULHERES NO MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL COMUNITÁRIO NA
RESERVA EXTRATIVISTA VERDE PARA SEMPRE, PORTO DE MOZ, PARÁ

BELÉM

2023

GÉSSICA NAYARA DA LUZ SEREJO

A VIDA EMBAIXO DO DOSSEL

MULHERES NO MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL COMUNITÁRIO NA
RESERVA EXTRATIVISTA VERDE PARA SEMPRE, PORTO DE MOZ, PARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia (PPGEDAM), do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local

Orientadora: Profa. Dra. Rosana Quaresma Maneschy

Coorientador: Profa. Dra. Maria do Socorro de Almeida Flores

BELÉM

2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S483v Serejo, Géssica Nayara da Luz.

A vida embaixo do dossel: Mulheres no manejo florestal sustentável comunitário na reserva extrativista Verde para Sempre, Porto de Moz, Pará / Géssica Nayara da Luz Serejo. — 2023.

45 f. : il. color.

Orientadora: Prof^a. Dra. Rosana Quaresma Maneschy
Coorientação: Prof^a. Dra. Maria do Socorro de Almeida Flores
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo do Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém, 2023.

1. Mulheres - condições sociais. 2. Trabalho rural. 3. Reserva extrativista. I. Título.

CDD 341.65182

GÉSSICA NAYARA DA LUZ SEREJO

A VIDA EMBAIXO DO DOSSEL

MULHERES NO MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL COMUNITÁRIO NA
RESERVA EXTRATIVISTA VERDE PARA SEMPRE, PORTO DE MOZ, PARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia (PPGEDAM), do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local

Defendido e aprovado em: 24/02/2023

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Rosana Quaresma Maneschky - Orientadora

Doutora em Ciências Agrárias

Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Wagner Luiz Ramos Barbosa - Membro

Doutor em Ciências Naturais

Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Seidel Ferreira dos Santos - Membro

Doutor em Biodiversidade e Biotecnologia

Universidade do Estado do Pará

À minha pequena Liz, minha filha, meu raio de sol, meu horizonte.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, gostaria de reverenciar todas as mulheres que vieram antes, que desbravaram caminhos para que eu chegasse até aqui. Agradeço à minha mãe, por todos os sacrifícios, por vivenciar os meus sonhos como se fossem dela, por na minha ausência cuidar tão bem da nossa pequena Liz. Ao meu pai, por ter priorizados os meus estudos e por ter sido uns dos meus maiores incentivadores na vida acadêmica. Grata por ser filha de vocês!

Agradeço à minha filha, Liz, por ter transformado a minha existência, por ser o meu grande motivo de seguir em frente. Filha, a minha vida se divide em antes e depois da sua existência, todo o meu esforço e dedicação são pra me fazer melhor pra você. Te amo infinitamente!

Ao Rafael, meu amor tranquilo, meu pedaço de paz neste plano, por me fazer acreditar que todos os meus sonhos são possíveis, por realizá-los ao meu lado e, claro, pela família que estamos construindo com amor, respeito e cumplicidade.

Aos meus irmãos, Daniel e Júnior, que mesmo na distância física se fazem presentes nas minhas conquistas. À minha sobrinha, Ana Júlia, que diariamente nos ensina a sermos fortes, resistentes e que uma família unida é alento, privilegio.

À Renata, minha prima-irmã, comadre, cúmplice de tudo e de todas as horas. Uma das principais figuras da minha “rede de apoio” nessa jornada de maternidade solo. À Yasmin, sobrinha-filha, que amo da maneira mais bonita e genuína que sei. Amo vocês.

À orientadora deste estudo, Professora Rosana, que incansavelmente me incentivou nessa jornada, pra muito além da academia, que acreditou em mim em momentos que até mesmo eu duvidei. Muito, muito obrigada!

Aos meus amigos e colegas de trabalho, em especial, Alexandra, Marcela e Gustavo, que me apoiaram nas dificuldades, nas minhas ausências, nas viagens de campo e nos meus estresses. À Unifloresta, por não limitar meus sonhos e apoiar principalmente as viagens práticas correlacionadas com a pesquisa.

A todas as comunitárias de ACBEM que me permitiram a condução deste estudo, que compartilharam seus conhecimentos, suas perspectivas de vida com todas as alegrias e dificuldades de suas jornadas.

Por fim, a todos que de alguma forma participaram ou se fizeram presentes nesta etapa da minha caminhada.

RESUMO

Historicamente as mulheres desempenham atividades agrícolas e extrativistas na Amazônia brasileira, mas sua importância ainda não é reconhecida, dificultando acesso a direitos e benefícios específicos. Esse trabalho teve como objetivo fomentar a inclusão e valorização social das mulheres nas atividades produtivas e econômicas relacionadas ao Manejo florestal para contribuir com o desenvolvimento local de comunidades localizadas na Reserva Extrativista Verde para Sempre, município de Porto de Moz, no estado do Pará. A pesquisa se desenvolveu de 2021 a 2022 e caracterizou o perfil das mulheres envolvidas no Manejo Florestal Comunitário das comunidades pertencentes à Associação Comunitária de Belém de Porto De Moz – ACBEM da RESEX e analisou a organização das mulheres nas comunidades em que estão inseridas para identificar fatores que limitam a sua participação nas atividades relacionadas ao Manejo Florestal Comunitário e promover a capacitação técnica necessária para a execução do manejo florestal e capacitação de valorização do trabalho feminino nas atividades florestais. O levantamento demonstrou que as mulheres na ACBEM estão geralmente em união estável, em sua maioria usuárias do Programa Bolsa Família-PBF, com baixa escolaridade, com idades que variam entre 23 e 65 anos, com média de 2 e 4 filhos/as e que se declararam, majoritariamente, como sendo “do lar” ou agricultoras familiar. Verificou-se quando as atividades são desenvolvidas pelas mulheres dentro do manejo florestal ela ocorre permeada por resistências. A pesquisa resultou na elaboração de um material técnico de apoio às organizações do trabalho feminino em atividades relacionadas ao manejo florestal comunitário e a material técnico de atividades florestais.

Palavras-chaves: Amazônia, Mulheres, Trabalho rural, Reserva extrativista.

ABSTRACT

Historically, women carry out agricultural and extractive activities in the Brazilian Amazon, but their importance is still not recognized, making access to specific rights and benefits difficult. This work aimed to promote the inclusion and social valorization of women in productive and economic activities related to forest management to contribute to the local development of communities located in the Verde para Semper Extractive Reserve, municipality of Porto de Moz, in the state of Pará. research was carried out from 2021 to 2022 and characterized the profile of women involved in Community Forest Management in the communities belonging to the Community Association of Belém de Porto De Moz – ACBEM of RESEX and analyzed the organization of women in the communities in which they are inserted to identify factors that limit their participation in activities related to Community Forest Management and promote the technical training necessary to carry out forest management and training to value women's work in forestry activities. The survey demonstrated that women in ACBEM are generally in stable unions, most of them users of the Bolsa Família Program-PBF, with low education, with ages ranging between 23 and 65 years old, with an average of 2 and 4 children and that Most of them declared themselves to be “homemakers” or family farmers. It was found that when activities are carried out by women within forest management, they are permeated by resistance. The research resulted in the development of technical material to support women's work organizations in activities related to community forestry management and technical material for forestry activities.

Keywords: Amazon, Women, Rural work, Extractive reserve.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
1 INTRODUÇÃO	11
1.1 OBJETIVOS	14
1.1.1 Objetivo Geral.....	14
1.1.2 Objetivos específicos.....	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 MULHERES, FAMÍLIA E TRABALHO.....	15
2.1 TRABALHO FEMININO NO MEIO RURAL.....	16
2.2 MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO	17
3 METODOLOGIA.....	18
3.1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	18
3.1.1. A Reserva Extrativista Verde para Sempre	20
3.1.2. Associação Comunitária Belém de Porto de Moz - ACBEM	21
3.1.3. Associação da Cadeia Produtiva Florestal da Amazônia – Unifloresta.....	23
3.2. ABORDAGEM METODOLÓGICA	26
3.2.1. Estudo exploratório e mobilização social	27
3.2.2. Levantamento sobre a participação feminina no manejo florestal.....	28
3.2.3. Pesquisa ação	29
3.3 ELABORAÇÃO DO PRODUTO	29
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
4.1 PERFIL SOCIOECONOMICO DAS COMUNIDADES E IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS	29
4.1.2 Visitas domiciliares.....	31
4.1.3 Inventário socioeconômico	32
4.1.3.1. Inventário socioeconômico familiar	32
4.1.3.2. Inventário socioeconômico das mulheres.....	35
4.2. ENTREVISTAS	39
4.3. CATEGORIAS VULNERÁVEIS.....	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS	46

ANEXO A - QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO	48
APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA.....	49
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	50

1 INTRODUÇÃO

No cenário mundial, nunca se discutiu tanto a Amazônia brasileira e suas nuances quanto nos tempos atuais, principalmente, pela forma como os recursos madeireiros vêm sendo geridos e apropriados, debatendo-se o princípio da sustentabilidade. A cobertura florestal da Amazônia Legal até 2012 era de 62%, 2% de rede hidrográfica (rios e lagos), 20% de vegetação nativa não florestal e 15% de áreas desmatadas. Considerando somente o bioma Amazônia, o desmatamento atingiu 19% da área de floresta da região (INPE, 2012; SANTOS et al. 2013). Parte dessa vegetação encontra-se conservada em função da criação de Áreas Protegidas (Terras Indígenas-TI e Unidades de Conservação - UCs), que ocupam 44% do território da Amazônia Legal (VERÍSSIMO et al. 2011).

Em dezembro de 2021, as florestas degradadas na Amazônia Legal somaram 399 km², o que representa um aumento de 5% em relação a dezembro de 2019, quando a degradação detectada foi de 380 km². Ainda em 2020, a maioria (56%) do desmatamento ocorreu em áreas privadas ou sob diferentes estágios de posse. O restante do desmatamento foi registrado em Assentamentos (29%), Unidades de Conservação (11%) e Terras Indígenas (4%) (IMAZON, 2020).

As ações predatórias sobre as florestas da região amazônica, focadas na exploração dos seus recursos naturais, reforçam a urgência da necessidade das áreas protegidas, tais quais, espaços territoriais de uso humano, em diferentes níveis e propósitos, como ferramenta para manutenção da biodiversidade. Nesse contexto, a criação de áreas protegidas, como as UCs, territórios indígenas e quilombolas, “contribui para assegurar o direito de permanência e a cultura de populações tradicionais e povos indígenas previamente existentes” (VERÍSSIMO et al., 2011).

Dentre as possibilidades de uso das Unidades de Conservação categorizadas como de uso coletivo, a exemplo das Reservas Extrativistas - RESEX, são permitidos usos relacionados à segurança alimentar, dentre outros, com possibilidade de colheita de produtos da floresta, inclusive de recursos madeireiros, porém somente através de planos de manejo florestal comunitário sustentável. Para a exploração de recursos madeireiros em RESEX se faz necessário prévio licenciamento ambiental, para o qual, deverá ser elaborado um Plano de Manejo Florestal Comunitário Sustentável (PMFCS) e apresentado, anualmente, um Plano de Operação Anual (POA), custeados

por ente público gestor da unidade ou pela entidade representativa da população tradicional.

A premissa de que a gestão dos recursos naturais para promoção do desenvolvimento local está relacionada à governança ambiental, por esta possuir atributos como a participação, descentralização, responsabilização e equidade entre os atores envolvidos (FONSECA; BURSZTYN, 2009). Assim, a governança ambiental pode ser uma das formas de gestão que contribui para a transformação socioeconômica, política e ambiental do território, no âmbito da conservação do meio ambiente e na gestão dos recursos naturais. Nesse contexto, a Resex Verde para Sempre se insere na perspectiva de conservação-desenvolvimento, integrando gestão ambiental com as necessidades humanas para o desenvolvimento local, representando um modelo de desenvolvimento social, econômico e ambiental de comunidades rurais da Amazônia.

Para Espada e Vasconcellos Sobrinho (2015), o manejo florestal comunitário ainda enfrenta uma série de adversidades para se consolidar como uma atividade econômica sustentável, como por exemplo, a falta de regularização fundiária; o baixo investimento em iniciativas econômicas comunitárias; a falta de infraestrutura básica para moradia e escoamento da produção; a dificuldade de acesso à educação de qualidade no meio rural; o baixo atendimento na área de saúde; o pouco acesso à assistência técnica agrícola e florestal de qualidade, entre outros.

É importante ressaltar que as dificuldades vão além e chegam a aspectos de iniquidade de gênero, uma vez que, via de regra, o manejo florestal comunitário é focado no manejo realizado pelos homens das comunidades. Nesses espaços, o trabalho feminino é visto tão somente como “ajuda”, desvalorizando o labor das mulheres como mão de obra e fator gerador de renda. As dificuldades de inserção e/ou valorização das mulheres nessas atividades são inúmeras e tem as mais diversas explicações na construção histórica das relações homem x mulher, mas pode-se afirmar que, as visões e pensamentos culturais presos na sociedade são passíveis de mudança e o processo de quebra desses paradigmas está em curso, mas para isso, leva-se tempo e muita luta para atingir a equidade de gênero no âmbito social como um todo, e conseqüentemente, fomento da promoção do desenvolvimento humano (social) sem distinção de gênero (OLIVEIRA et al., 2018).

As discussões acerca do papel das mulheres na conjuntura de programas de desenvolvimento econômico, pautados na proposta de sustentabilidade, são tão antigas quanto a própria conceituação do desenvolvimento sustentável.

Sobre esse aspecto, Simonian (2001) considerou que quando se trata de Amazônia brasileira, por muitas mulheres que nela vivem estarem inseridas em culturas, etnias e situações sociais muito distintas, há a necessidade de se analisar o contexto em toda a sua complexidade. Apesar de em geral sermos a maioria da população, o desprestígio da importância das mulheres na condução de projetos de desenvolvimento e/ou a desconsideração da participação feminina em processos decisórios, é uma realidade mundial que passa por um processo moroso de desconstrução, muito embora, haja resistência ferrenha, inclusive, por parte de mulheres. É ainda mais contraditório, o fato de a notoriedade das mulheres frente as atividades agrícolas e extrativistas, especialmente das que vivem uma realidade rural, ser evidente na história da Amazônia brasileira, e não ser reconhecida, nem tão pouco reverberar direitos e benefícios específicos, fragilizando esse processo de reconhecimento.

Em todo caso, lentamente as estruturas das organizações, sejam do Estado, sejam de outras entidades que impulsionam os processos de desenvolvimento, se reorganizam, mesmo que timidamente, com a presença de mulheres. E estas mulheres, como semeadoras de desenvolvimento, devem oportunizar outras mulheres, aumentando, sistematizando e ampliando a nossa intervenção social e econômica. No meio rural, as mulheres têm começado a ampliar suas bases organizativas em vários pontos da Amazônia brasileira. Há evidências de participação em lutas por terras ou em defesa da floresta ou ainda na participação em movimento sindical rural, como as mulheres indígenas do nordeste do estado de Roraima (SIMONIAN, 2001).

Nestes termos, o problema a ser investigado nesta pesquisa pode ser formulado através da seguinte pergunta: Como promover a valorização do trabalho feminino no debate florestal e nas atividades produtivas enquanto fator gerador de renda, a fim de contribuir para o desenvolvimento local da comunidade em que estão inseridas?

A hipótese do trabalho decorrente do questionamento acima conduz a suposição de que treinamento técnico e expansão das atividades florestais não madeireiras possibilitam a inclusão e valorização social das mulheres nas atividades produtivas do

manejo florestal sustentável, considerando, que o equilíbrio entre os gêneros é capaz de tornar as organizações mais inovadoras, lucrativas e impulsionar a autonomia das comunidades tradicionais.

Miranda et al. (2018) e Oliveira et al. (2018) apontam, em seus estudos sobre a atuação de mulheres em negócios florestais, incluindo-se neste ponto o manejo florestal comunitário, que as relações sociais de trabalho, o poder de tomada de decisão e a participação efetiva nas discussões ainda são assimétricas, prevalecendo fatores ligados aos padrões culturais que reforçam lugares diferenciados e excludentes. É importante ressaltar que pesquisas dessa natureza ainda são incipientes e raras, especialmente no contexto sociocultural amazônico.

Nesse sentido, essa pesquisa se justifica pela necessidade de amplificar as discussões e as práticas voltadas à equidade de gênero, como integrante da agenda de diversidade e inclusão dentro da Reserva Extrativista Verde para Sempre, considerando o atendimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial, o ODS 5 e ODS 10.

O ODS5 sobre Igualdade de gênero para alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas e mais especificamente:

5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte;

5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública(ONU, 2022).

O ODS10 busca reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles e o “10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra” (ONU, 2022).

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Fomentar a inclusão e valorização social das mulheres nas atividades produtivas e econômicas relacionadas ao Manejo florestal para contribuir com o desenvolvimento local de comunidades localizadas na Reserva Extrativista Verde para Sempre, Porto de Moz, Pará.

1.1.2 Objetivos específicos

Caracterizar o perfil das mulheres envolvidas no Manejo Florestal Comunitário das comunidades pertencentes à Associação Comunitária de Belém de Porto De Moz – ACBEM da Reserva Extrativista Verde para Sempre, Porto de Moz, Pará;

Analisar a organização das mulheres nas comunidades em que estão inseridas; e identificar fatores que limitam a sua participação nas atividades relacionadas ao Manejo Florestal Comunitário;

Promover a capacitação técnica necessária para a execução do manejo florestal e capacitação de valorização do trabalho feminino nas atividades florestais;

Elaborar material técnico de apoio às organizações do trabalho feminino em atividades relacionadas ao manejo florestal comunitário e a material técnico de atividades florestais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 MULHERES, FAMÍLIA E TRABALHO

Ao adentrar o tema “Mulheres, família, trabalho e classe” é preciso visitar o termo “divisão sexual do trabalho”, percorrendo os ainda polêmicos assuntos de distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões e a divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos, constatando-se que essa desigualdade é sistêmica.

Hirata e Kergoat (2007) abordam o trabalho dentro do contexto familiar, a corrente que busca reconhecer o trabalho invisível e maçante executado gratuitamente pelas mulheres, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno, refletindo uma nova maneira de pensar o trabalho e suas consequências.

Ainda nesse contexto, a grosso modo, atribui-se ao sexo masculino atividades produtivas, reforçando o alto prestígio social dessa força de trabalho, por outro lado, às mulheres destina-se as atividades voltadas ao cuidado e a reprodução familiar (VIEIRA et al., 2014).

Quando se pensa compreender a questão do trabalho feminino não dá para desligar as categorias “família e trabalho”, pois é no contexto dos planos da família que ganham sentido as múltiplas atividades exercidas por elas e que as tarefas

realizadas podem ser compreendidas como “produtivas” (AMARAL, 2016). Por exemplo, Mota (2014) evidencia que no meio rural cada família, no seu interior, os indivíduos (homens e mulheres) convivem com pontos de vistas distintos, aspirações diferentes, seja pela sua condição de gênero ou por seu status na posição etária.

2.1 TRABALHO FEMININO NO MEIO RURAL

O envolvimento das mulheres nas discussões sobre desenvolvimento local e gestão dos recursos naturais ainda é muito escasso. Pesquisas sobre gênero no meio rural tem nos ajudado a “alargar” nosso olhar sobre o (re) conhecimento da importância delas em diferentes aspectos da vida social, como na gestão dos recursos naturais (MIRANDA et al., 2018).

Estudos, em diferentes contextos no meio rural, levantam a questão do papel das mulheres tanto nesses processos de desenvolvimento quanto no melhor aproveitamento dos recursos naturais (NASCIMENTO, 1998; SIMONIAN, 2001; VIEIRA et al, 2014). E mais recentemente, Miranda et al. (2018) evidenciaram em sua pesquisa as interações assimétricas de gênero nas discussões técnicas e participação ativa no Manejo Florestal Comunitário e Familiar, prevalecendo fatores ligados aos padrões culturais que reforçam lugares diferenciados e excludentes, alertando para a importância de reforçar estratégias que propiciem a integração da mulher no debate florestal.

Pesquisas mostram que o trabalho das mulheres tem significados para além da obtenção da renda e que suas práticas de gestão de recursos florestais são importantes para a manutenção da biodiversidade, mesmo convivendo com a reduzida consideração de seus trabalhos em diferentes espaços da vida social (SIMONIAN, 2001; MOTA, 2014; AMARAL, 2016).

Mota et al. (2020), em um estudo sobre a influência da titularidade feminina em contratos para a produção de dendê em estabelecimentos familiares, concluíram que a tomada de decisão destas mulheres é fortemente influenciada pela possibilidade de exercer uma atividade remunerada (crédito e mercado garantidos), garantir o bem-estar da família e por ter perspectiva de um futuro diferente para os filhos. Assim como, apontou que, a titularidade do contrato foi determinante para que as mulheres tivessem o reconhecimento local pela atividade exercida e acesso a outros espaços,

nos quais entram em contato com atores de mundos sociais diferentes (agentes de capacitação, técnicos das empresas dendecultoras e funcionários de bancos).

No contexto do setor florestal brasileiro, a Rede Mulher Florestal (2022), apresenta resultados do Panorama de gênero no setor florestal, onde a presença feminina na área florestal brasileira aumentou de 12,7%, no Panorama 2020, para 19%, no Panorama 2021, notando-se um avanço na equidade de gênero no setor florestal, mesmo que tímido. As áreas com maior presença feminina são: Viveiros, com percentual de 51,4%; Meio Ambiente, Qualidade, Certificação e Social, com 42,8%, Áreas Administrativas, com 36,8%, Saúde e Segurança do Trabalho, com 32,3%, Pesquisa e Desenvolvimento, com 26,1% e Abastecimento e Área Comercial, com 21,5%. Por outro lado, as áreas com menor representatividade feminina são: Colheita e carregamento, com 2,2%, Proteção Florestal / Patrimonial, com 5,3%, Estradas Florestais, com 6,2% e Silvicultura, com 7,1% (REDE MULHER FLORESTAL, 2022).

2.2 MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO

Ainda não há uma definição padronizada na comunidade científica sobre o manejo florestal comunitário, uma vez que esta prática pode ser vivenciada em diferentes arranjos organizacionais e contextos sociais. A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16, DE 4 DE AGOSTO DE 2011 do ICMBio, entende o Manejo Florestal Comunitário como a execução de planos de manejo florestal pelos povos e comunidades tradicionais, beneficiários das Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Florestas Nacionais.

De forma mais aprofundada, Smith (2005) compreende o manejo florestal comunitário como um processo social desenvolvido dentro de um contexto social que envolve um grupo de pessoas. O autor considera contexto social todos os aspectos da vida que relacionam o ser humano e seu meio ambiente natural. Em linhas gerais, o manejo florestal comunitário se diferencia do manejo florestal empresarial por não ser norteadado puramente pela visão capitalista, versando sob outros aspectos como as relações comunitárias e suas conexões com a natureza, respeitando e obedecendo os saberes tradicionais. Os atores sociais que vivem da floresta e para a floresta, estabelecem relações com estes recursos pautadas em suas próprias perspectivas e vivências.

Nas últimas décadas, as discussões sobre o Manejo Florestal Comunitário e Familiar - MFCF têm conquistado cada vez mais espaço como alternativa econômica importante para comunidades rurais, em uma situação que têm exigido preocupação e proteção ambiental. Atividade essa “impulsionada por governos, doadores, ONGs e organizações comunitárias e que vem sendo implementada sob diferentes arranjos técnicos, políticos, institucional e social” (AMARAL; AMARAL NETO, 2005, p.13).

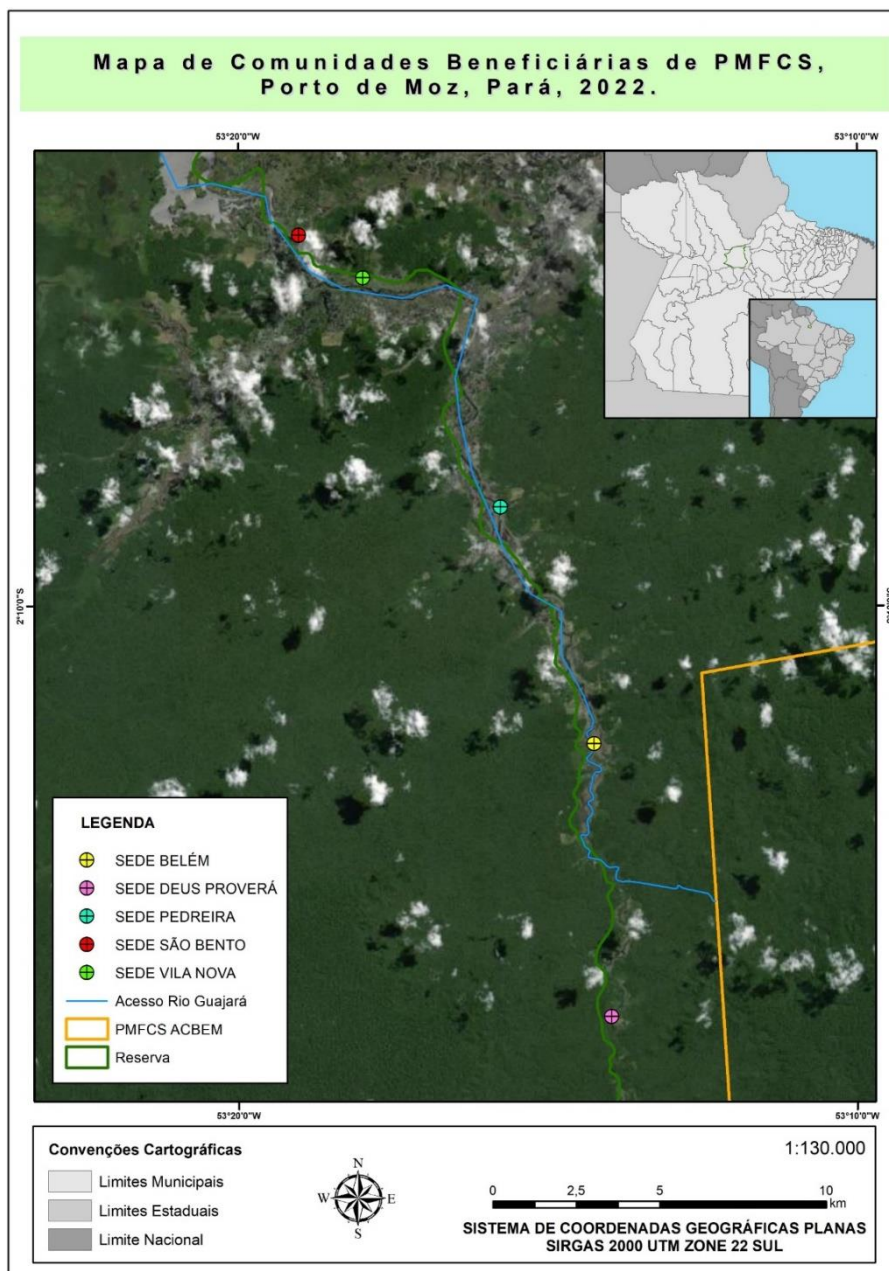
No contexto de desenvolvimento local e gestão dos recursos florestais, observando os contextos global, nacional e regional, a localidade deve ser respeitada, assim como sua participação nas decisões sobre a gestão dos recursos naturais. Desta forma, é iminente o empoderamento e a participação política dos diferentes atores sociais de um território nas discussões e gerenciamento do uso de recursos naturais que, direta ou indiretamente, interferem em suas vidas e meios de reprodução social e econômica (ESPADA; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2015).

3 METODOLOGIA

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa tem como área de estudo a Reserva Extrativista Verde para Sempre, que é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável localizada no município de Porto de Moz. De maneira mais específica, o estudo será conduzido nas comunidades que compõe diretamente a Associação Comunitária de Belém de Porto De Moz – ACBEM (Comunidade Belém, Comunidade Deus Proverá, Comunidade Pedreira, Comunidade Vila Nova e Comunidade São Bento), distribuídas ao longo do Rio Guajará, dentro da reserva. A localização das comunidades está ilustrada na Figura 1.

Figura 1. Mapa de localização das comunidades que compõe a ACBEM.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022

3.1.1. A Reserva Extrativista Verde para Sempre

A RESEX foi criada em 8 de novembro de 2004, após reivindicações das comunidades locais da região e organizações não-governamentais para garantir o direito à terra que ocupavam tradicionalmente. Assim, mobilizaram-se e sugeriram a criação da RESEX em uma área de 1.289.362,78 hectares, uma das maiores RESEX da Amazônia (GREENPEACE, 2003; MMA, 2003).

O acesso a Resex Verde para Sempre ocorre por meio fluvial e terrestre. Ela está localizada a margem esquerda do Rio Xingu e a direita do Rio Amazonas, pertencendo ao município de Porto de Moz, o qual faz parte da mesorregião do Baixo Amazonas, possui como limites: ao norte, o município de Almeirim e Gurupá; ao sul, os municípios de Vitória do Xingu, Brasil Novo; a oeste, o município de Prainha e, a leste, os municípios de Portel, Gurupá, Melgaço e Senador José Porfírio.

A população da Resex é constituída em sua maioria por descendentes das famílias que vieram trabalhar nos seringais do Rio Xingu e do Rio Jari. Essa população, além de “tirar a borracha”, extraía o “leite” da maçaranduba, a pele de animais, a Castanha do Pará, realizava a pesca do Peixe-boi e do Pirarucu (MOREIRA, 2004). Em levantamentos realizados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, vivem na Resex cerca de 2.235 famílias e estima-se uma população entre 10 e 11 mil pessoas distribuídas em 183 comunidades e localidades. 53,37% da população é composta por pessoas do sexo masculino, enquanto as mulheres correspondem a 46,63%. Entre aqueles reconhecidos como o responsável familiar, o homem aparece com 75% e a mulher com 25% (ICMBio, 2020). O perfil de gênero na Resex segue tendência contrária à nacional, que apresenta maior número de mulheres do que de homens, enquanto os dados de chefia familiar do reconhecimento do homem como o chefe de família, corroborando com o panorama nacional.

De acordo com o Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz (2014), 37 organizações de base formalmente constituídas existem na Resex. A atuação dessas organizações está voltada para defesa dos interesses das comunidades de modo geral. No entanto, nenhuma delas constitui uma entidade organizativa voltada a lutas exclusivas das mulheres da região. Atualmente na Resex Extrativista Verde para Sempre, 9 representações comunitárias possuem Plano de Manejo Florestal Comunitário Sustentável implantados (tabela 1).

Tabela 1. Planos de Manejo Florestais Comunitários Sustentáveis em execução na Resex Verde para Sempre.

Detentor	Nº de Famílias	Nº de Associados	Nº de Manejadores
Coop. Mista Agroext. N. Srª do Perpetuo Socorro do Rio Arimum/ Com. Arimum	52	57	42
Assoc. de Desenvol. Agroext. do Baixo Acaraí/ Com. Por Ti Meu Deus	51	61	17
Assoc. Comunitária Deus Proverá/Comunidade Paraíso	70	119	45
Assoc. Comunitária Agroext. do Rio Curuminim/ Com. Espírito Santo	12	30	20
Assoc. Comunitária São Benedito do Inumby/ Com. Inumby	15	74	12
Assoc. de Desenvolvimento Sustentável dos Produtores Agroext. da Com. Itapéua/ Com. Itapéua	14	20	30
Assoc. Comunitária de Desenvolvimento Sustentável do Rio Juçara/Com. Juçara	46	71	13
Assoc. Comunitária Belém de Porto de Moz – ACBEM/Com. Belém	109	77	31
Assoc. de Desenvol. Sustentável Extrativista dos Criadores Agricultores e Piscicultores, Pequenos Madeireiros da Comunidade Ipanela - ADCSIP/Com. Ipanela	20	42	35
	389	551	239

Desde a reunião do Conselho Deliberativo da Resex, que ocorreu nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2022, com diversos itens de pauta destacados previamente no SEI/ICMBio 10276140, a aprovação e ampliação de áreas pretendidas a Plano de Manejo Florestal Comunitário Sustentável está suspensa a pedido do Ministério Público Federal – MPF, pelo ofício nº 330/2022, que dispõe sobre denúncias de “atividades ilegais” que podem estar ocorrendo na Resex Verde para Sempre, até a finalização das investigações pelo MPF.

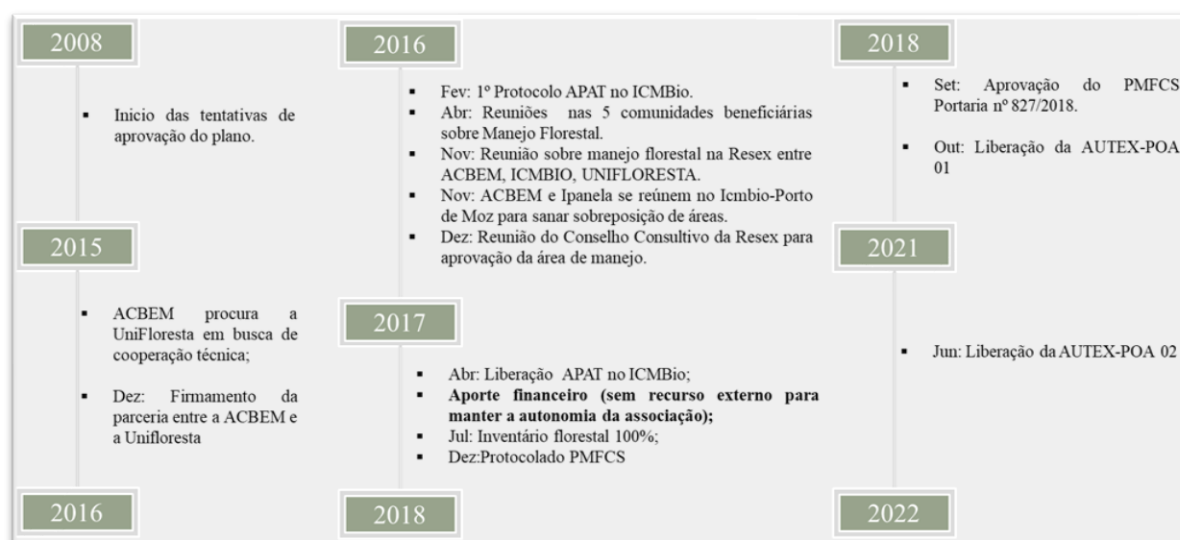
3.1.2. Associação Comunitária Belém de Porto de Moz - ACBEM

A Associação Comunitária Belém de Porto de Moz - ACBEM, localizada na Reserva Extrativista (Resex) Verde Para Sempre, no município Porto de Moz/PA, na condição de pessoa jurídica representante de um grupo de manejadores de comunidades locais. Atualmente é detentora do Plano de Manejo Florestal Comunitário Sustentável – PMFCS instituído através da Portaria Nº 827, de 26 de setembro de 2018 e em execução desde o mesmo ano, com apoio técnico e

administrativo da Associação da Cadeia Produtiva Florestal da Amazônia - UNIFLORESTA.

A luta da associação para conseguir a aprovação de uma área para execução de PMFCS se iniciou em meados de 2008. Em 2013 já havia requerido APAT e teve o pedido reprovado por inúmeras questões técnicas, até que em 2015 a representante legal da associação buscou a Unifloresta para firmar parceria e cooperação técnica. A trajetória para aprovação e execução do PMFCS da ACBEM está descrita no fluxograma da Figura 2.

Figura 2. Fluxograma da trajetória da ACBEM das primeiras tentativas de aprovação de APAT até a Liberação da AUTEX.



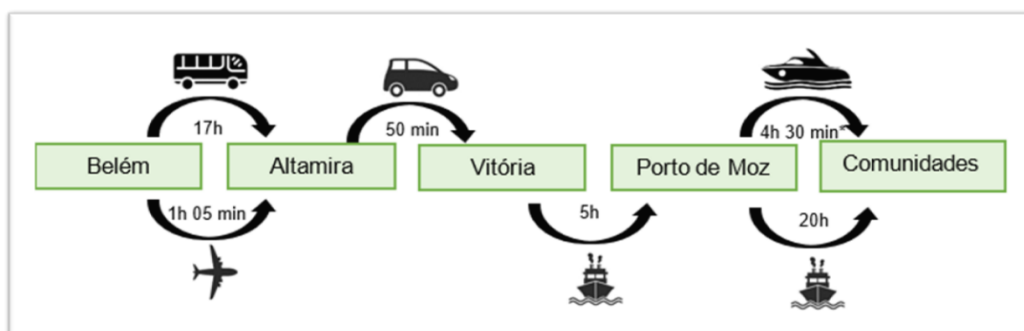
Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A associação possui 77 sócios e beneficia diretamente 109 famílias. O PMFCS executado pela ACBEM beneficia diretamente as comunidades Belém, São Bento, Vila Nova, Pedreira e Deus Proverá, todas localizadas no interior da Resex Verde para Sempre, distribuídas ao longo do Rio Guajará. Os manejadores têm interesse comum em realizar manejo de uso múltiplo da floresta e são apoiados por diferentes instituições governamentais e não governamentais que atuam em diferentes frentes de apoio ao fomento e fortalecimento do manejo florestal comunitário, como o Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz (CDS), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Associação da cadeia produtiva florestal da Amazônia (UNIFLORESTA).

O PMFCS protocolado sob o Processo nº 02121.002021/2017-75 junto ao ICMBio prevê a implantação de projetos não madeireiros que estimulem a autonomia financeira dos comunitários e que promovam benefícios sociais e ambientais, fomentando os avanços na gestão dos recursos naturais a partir da premissa de desenvolvimento local e participação social.

O acesso a área do PMFCS da ACBEM na Resex Verde para Sempre se dá seguindo de Porto de Moz até a área da sede da ACBEM (no alto Guajará), dentre as rotas possíveis, a mais utilizada é através da navegação pelo rio por aproximadamente 5 horas (cerca de 210 km) com uma lancha de motor de alta potência. Da sede da associação até a AMF o primeiro percurso é feito de canoa por volta de 30 minutos e depois percorre-se por via terrestre por cerca de 4 km até a primeira UPA.

Figura 3. Esquema do deslocamento para acesso às comunidades.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

3.1.3. Associação da Cadeia Produtiva Florestal da Amazônia – Unifloresta

Instituição não governamental criada em 10 de julho de 2009. Tem como objetivo central o desenvolvimento econômico do setor florestal, representando e protegendo os direitos e interesses de seus associados e colaboradores, unificando preservação da floresta e sustentabilidade ambiental.

Associação da Cadeia Produtiva Florestal da Amazônia – Unifloresta conta com equipe multidisciplinar em parceria com a Uniconsult e o escritório de advocacia ambiental Murilo Araújo Advogados Associados, tem em suas instalações engenheiros florestais, ambientais, sanitaristas, civis e cartógrafos, geólogos, biólogos e advogados, que prestamos serviços técnicos ambientais e de assessoria jurídica.

Desde 2015, quando procurada por representantes da ACBEM, a Associação da Cadeia Produtiva Florestal da Amazônia – Unifloresta presta apoio técnico e

administrativo para a elaboração e execução do PMFCS e funcionamento do empreendimento florestal comunitário da ACBEM, além de outra organização comunitária dentro dessa mesma Resex.

A Unifloresta em conjunto com a ACBEM pretende implementar o “Manejo de Impacto Zero” como um dos marcos do manejo florestal comunitário em execução. Em linhas gerais se pretende zerar os impactos da extração. Nesse contexto e como colaboração prática desta pesquisa, foi elaborado, apresentado à diretoria e presidência da Unifloresta (Figura 4) e posterior protocolo junto ao órgão responsável pela Unidade de Conservação, o Projeto Piloto Mulheres que Restauram Florestas, simultaneamente com o Projeto Piloto Mulheres Horticultoras que Alimentam, elaborado em parceria com o engenheiro agrônomo da Unifloresta, Danilo Silva. O protocolo foi realizado em Belém no dia 08 de março de 2022, em alusão ao marco histórico representado pelo Dia Internacional da Mulher.

Figura 4. Apresentação dos Projetos Pilotos à presidência e diretoria da Unifloresta.



Fonte: Acervo da Unifloresta – Março de 2022.

Anteriormente a formalização do protocolo dos Projetos Pilotos em novembro de 2021, por questões de otimização da logística, acessibilidade e assistência técnica, foi realizada capacitação inicial por uma equipe técnica da Unifloresta para introduzir e possibilitar a imersão das mulheres envolvidas nas atividades de cada projeto

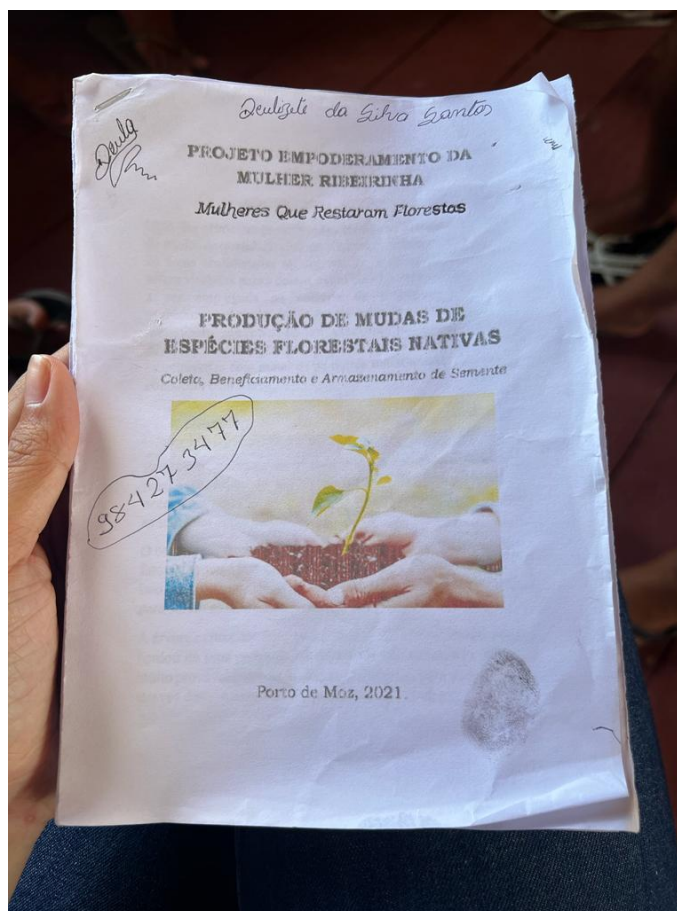
(Figura 5). Para a realização desse evento, também como contribuição prática desta pesquisa, foi elaborado material didático para direcionamento do treinamento (Figura 6), bem como orientações gerais para convocação de todas as envolvidas.

Figura 5. Capacitação inicial realizada por equipe técnica da Unifloresta.



Fonte: Acervo da Unifloresta – Novembro de 2021.

Figura 6. Material utilizado na capacitação inicial.



Fonte: Acervo da Unifloresta – Novembro de 2021.

3.2. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Os procedimentos metodológicos realizados na pesquisa são de cunho descritivo e participativo, fundamentada na técnica da pesquisa ação (THIOLLENT, 2004). Segundo Gil (1999), as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

A metodologia utilizada foi dividida em quatro etapas: i) Estudo exploratório com a realização de um inventário socioeconômico, pesquisa documental e mobilização social para as etapas seguintes da pesquisa; ii) Levantamento sobre a participação feminina no manejo florestal; iii) Pesquisa ação; iv) Socialização e resultado

3.2.1. Estudo exploratório e mobilização social

No contexto das atividades de assistência técnica realizada pela Unifloresta nos termos da execução e administração dos processos organizacionais do manejo florestal comunitário, através de capacitação técnica e de gerenciamento, foi elaborado de forma participativa projetos para inclusão e valorização das comunitárias.

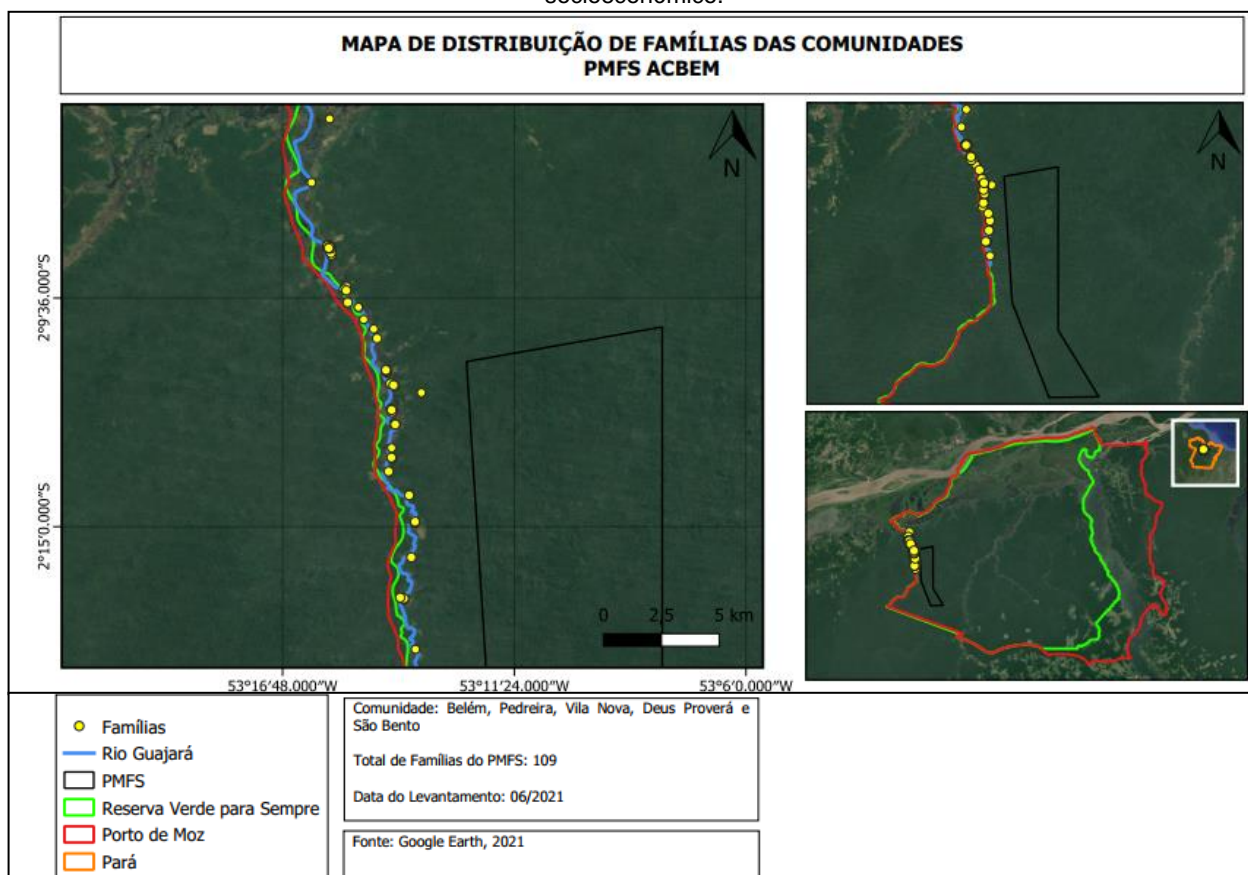
Nesta etapa foi realizado inventário socioeconômico das famílias composto por itens relativos a identificação dos membros do grupo familiar (nome, idade, gênero, parentesco, estado civil, etc.), dados demográficos e econômicos (renda, escolaridade, aquisição de bens antes e depois da execução do Plano de Manejo Florestal Comunitário Sustentável - PMFCS, características das residências, etc.), aspectos referentes ao modo de vida familiar (atividades sociais) e acesso a serviços públicos (atendimento médico, vacinação, educação, benefícios de programas sociais) (Anexo A).

A escolha da aplicação do questionário socioeconômico, como instrumento de coleta de dados, se deu, principalmente pela necessidade de se abranger o máximo possível de famílias das cinco comunidades integrantes da ACBEM em contraste com as dificuldades de acesso a esse público-alvo, de locomoção dentre as comunidades e por altos custos e complexidade de deslocamento. Dessa forma, com este instrumento foi possível conhecer o perfil socioeconômico das famílias das comunidades alvo, além de identificar o interesse das mulheres em desenvolver atividades econômica.

O questionário aplicado para inventariar o perfil socioeconômico familiar das comunidades integradas à ACBEM foi estruturado em 18 perguntas, abertas e fechadas, compostas por itens relativos a identificação dos membros do grupo familiar (nome, idade, gênero, parentesco, estado civil, etc.), dados demográficos e econômicos (renda, escolaridade, aquisição de bens antes e depois da execução do PMFS, características das residências, etc.), aspectos referentes ao modo de vida familiar (atividades sociais) e acesso a serviços públicos (atendimento médico, vacinação, educação, benefícios de programas sociais) (Anexo A). As visitas domiciliares ocorrem nos dias de 13 a 18 de junho de 2021 nas comunidades que integram a ACBEM, quais sejam: Comunidade Belém, Comunidade Deus Proverá, Comunidade Pedreira, Comunidade Vila Nova e a Comunidade São Bento, totalizando

109 domicílios com uma população de 468 pessoas, distribuídos ao longo do Rio Guajará, conforme Figura 7.

Figura 7. Mapa de distribuição das famílias que constituem a ACBEM e que participaram do inventário socioeconômico.



Fonte. Elaborado pela autora, 2021.

3.2.2. Levantamento sobre a participação feminina no manejo florestal

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com mulheres da comunidade pertencentes a diferentes grupos de idade e estado civil, com o propósito de conhecer o entendimento dessas mulheres a respeito do manejo florestal, sua participação nesse processo e nas demais atividades dentro da comunidade (Apêndice A).

As entrevistas serão gravadas e todas as entrevistadas deverão assinar um termo de livre consentimento (Apêndice B).

3.2.3. Pesquisa ação

A pesquisa ação, de acordo com Thiollent (2004), pode ser definida como pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. Nesta etapa serão realizados os cursos de formação e implementação de projetos que darão suporte a execução das atividades do manejo florestal. Serão consideradas as observações durante as atividades nas diferentes etapas do manejo florestal, nas atividades realizadas nas comunidades pela UniFloresta, bem como nas conversas informais (observação participante).

3.3 ELABORAÇÃO DO PRODUTO

Elaborar material de apoio as organizações do trabalho feminino em atividades relacionadas ao manejo florestal comunitário e a material técnico de atividades florestais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PERFIL SOCIOECONOMICO DAS COMUNIDADES E IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS

O levantamento foi dividido em dois momentos, a mobilização unificada e as visitas domiciliares.

A mobilização unificada foi realizada através da Assembleia Geral Extraordinária da Associação Comunitária Belém de Porto de Moz-PA (ACBEM) que ocorreu no dia 12/06/2021 na sede da Comunidade Belém e reuniu os associados(as), comunitários e representantes das comunidades Deus Proverá, Belém, Pedreira, Vila Nova e São Bento (Figura 7 e Figura 8). Nesse encontro foram contabilizados 60 associados(as) e 3 comunitários. Foi realizado a apresentação de dois pré-projetos direcionados a valorização da mão de obra feminina, a horta comunitária e o viveiro comunitário, ambos os projetos financiados pela ACBEM através do lucro proveniente do PMFCS. Além disso, durante a assembleia as comunidades foram mobilizadas a

receberem as visitas domiciliares e a responderem o questionário socioeconômico (Anexo A), divulgando-se o cronograma de visitação por comunidade. Ressalta-se que os protocolos de segurança contra a covid-19 foram respeitados.

Figura 8. Mobilização unificada na Assembleia Geral da ACBEM.



Fonte: Acervo de pesquisa – Junho de 2021.

Figura 9. Grupo de mulheres na mobilização unificada na Assembleia Geral da ACBEM.



Fonte: Acervo de pesquisa – Junho de 2021.

4.1.2 Visitas domiciliares

As visitas domiciliares foram realizadas sempre na presença da Assistente Social, Catarina Silva, e da Engenheira Florestal, Gêssica Serejo, com a aplicação do Questionário Socioeconômico que fora elaborado pela discente de Mestrado Profissional em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia – PPGEDAM/NUMA/UFPA, com revisão da equipe técnica da Unifloresta. Esse levantamento pretendeu recolher informações tanto para serem utilizadas nas dissertações de mestrado de três engenheiras florestais da instituição, quanto para reivindicações de políticas públicas pela ACBEM. Ao final da aplicação do questionário era iniciado a apresentação individual das propostas de Projetos Não Madeireiros e investigada a ausência na Assembleia Geral, quando pertinente, o interesse e a disponibilidade para participação na implementação dos projetos e a experiência em atividades similares. Quando a visitação se deu nas comunidades que não serão contempladas neste primeiro momento com a implantação dos Projetos Não Madeireiros, como definido na Assembleia Geral, foi investigado o interesse futuro e quais as atividades que mais se adequariam a realidade de cada comunidade.

Nesta oportunidade se verificou o interesse das mulheres em atuar em atividades relacionadas ao manejo florestal e a pesquisa terá esse aprofundamento e ocorrerá em parceria às atividades da Unfloresta.

Após as visitas domiciliares, na Comunidade Belém 15 mulheres manifestaram interesse e disponibilidade para condução do projeto do viveiro comunitário. E na Comunidade Vila Nova, 14 mulheres manifestaram interesse e disponibilidade para condução do projeto da horta comunitária. As mulheres da Comunidade São Bento relataram estar organizadas em um grupo informal que tem interesse na implantação de projetos de criação de peixes e/ou aves para abate. As mulheres da Comunidade Pedreira demonstraram interesse em futuros projetos voltados para a inclusão de mão de obra feminina, mas não souberam indicar as suas afinidades. A Comunidade de São Bento tem preferência por projetos que sejam voltados para a criação de gado e produção de queijo. Em todas as comunidades, houve relatos de mulheres que se interessam mais por projetos que valorizem o artesanato, como crochê e corte e costura.

4.1.3 Inventário socioeconômico

4.1.3.1. Inventário socioeconômico familiar

Após análise dos dados coletados foi elaborado o perfil simplificado dos comunitários alvo do estudo de campo. Do total de famílias entrevistadas, 53 são associadas da ACBEM e 56 não são, onde as comunidades mais envolvidas nas ações e decisões da associação comunitária são a Comunidade Belém (80,6% de famílias associadas) e a Vila Nova (69% de famílias associadas).

Entre as famílias entrevistadas há predominância de união estável entre os chefes de família, em todas as comunidades. Na amostra pesquisada, foram encontrados 50,7% de homens e 49,3% de mulheres para a faixa etária de 13 a 17 anos, resultado semelhante ao encontrado entre os adultos, 53,3% de homens e 46,7% de mulheres (Figura 10). Na Figura 11 se apresenta a distribuição somente das mulheres por comunidade e faixa etária. Com relação a cor autodeclarada, a maioria dos comunitários se autodeclara pardo, 88,07%, aparece, também 5,50% de brancos e 6,42% de negros.

Figura 10. Distribuição por gênero e faixa etária, por comunidade da ACBEM.

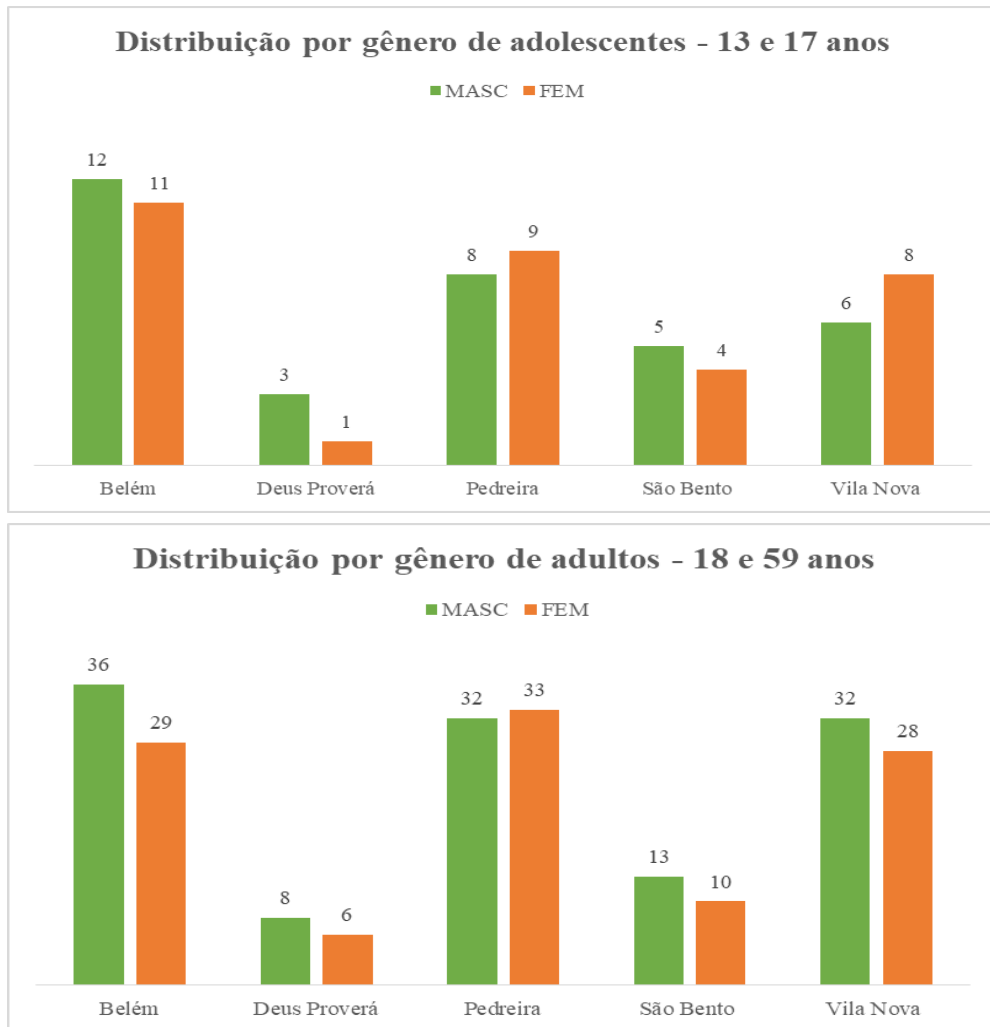
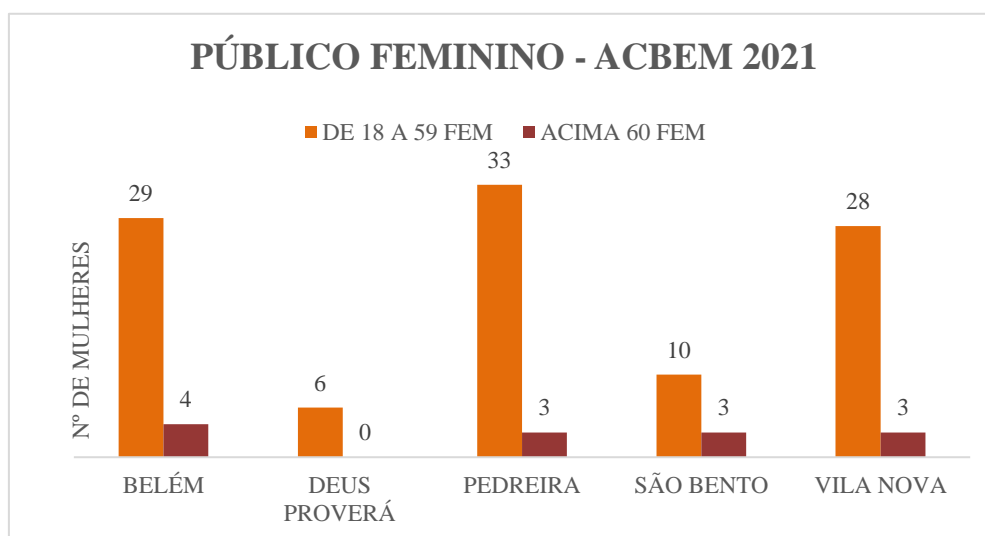


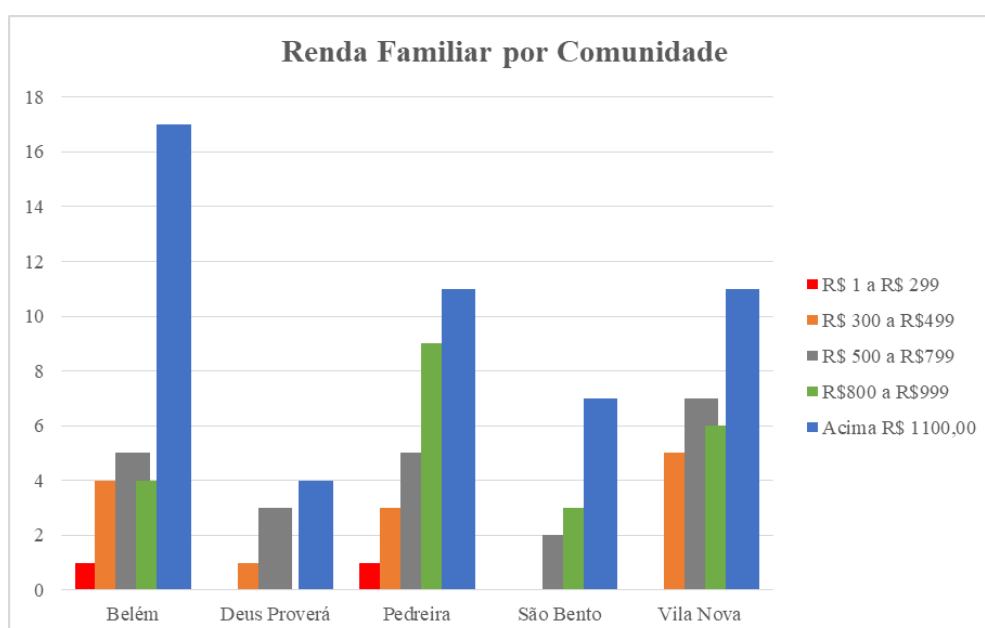
Figura 11. Distribuição do público feminino por faixa etária por comunidade.



A maioria dos comunitários entrevistados é católica, 64,2% e 35,8% são evangélicos. No entanto, quando se analisam os dados por comunidade, a Comunidade Pedreira é, em sua maioria, evangélica.

Em geral, a renda familiar é composta por benefícios sociais (Bolsa família 67% das famílias são beneficiárias e 28,4% aposentados) e dos serviços prestados nas atividades florestais do PMFS, conferindo uma renda mensal maior que um salário-mínimo para a grande maioria das famílias em todas as comunidades (Figura 12).

Figura 12. Distribuição da renda família por comunidade

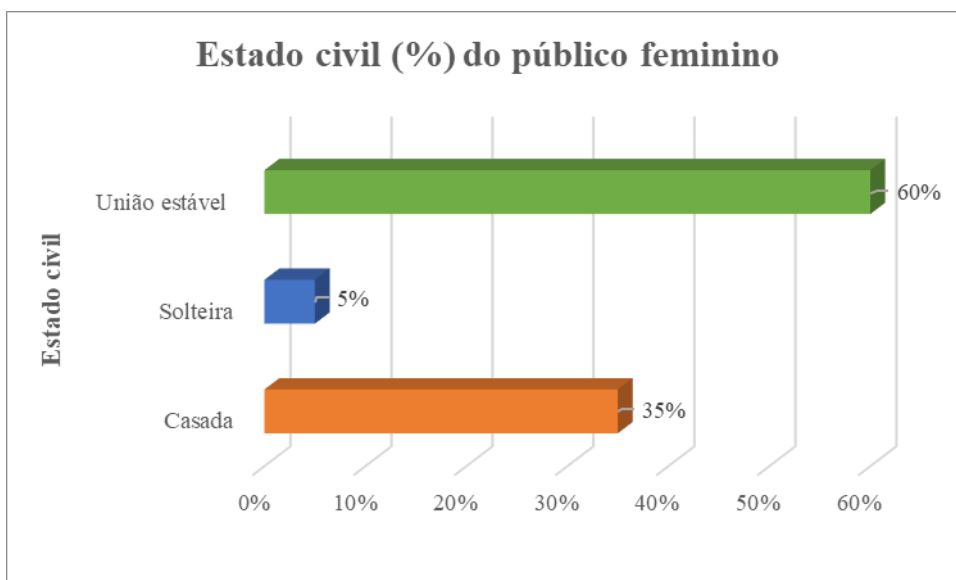


Todavia, houve dificuldades na concretização desta fase do estudo, devido o acesso aos comunitários em conjunto com o fator dificuldade de deslocamento dentre, entre e até as comunidades. Observaram-se conflitos familiares na forma de disputa de poder, que foram relatados naturalmente, quando questionados, principalmente sobre assuntos relacionados as atividades do PMFCS. Além disso, foram observadas divergências político partidárias acentuadas e forte influência religiosa na decisão dos comunitários, principalmente quanto as medidas não farmacológicas de prevenção e controle da pandemia do novo coronavírus e a eficácia da vacinação contra a covid-19.

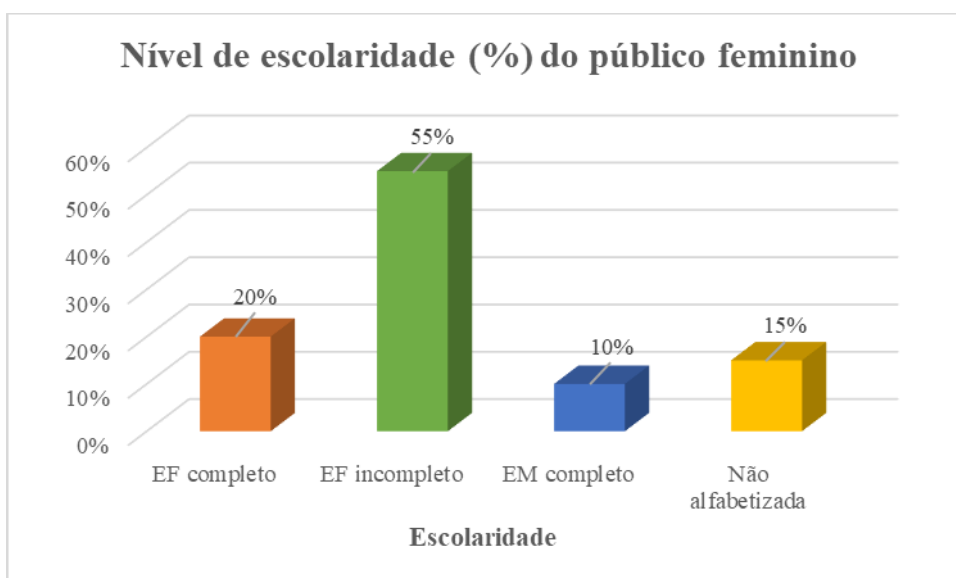
4.1.3.2. Inventário socioeconômico das mulheres

Tendo em vista que o objeto alvo desta pesquisa são as mulheres beneficiárias do PMFCS, se faz necessário conhecer e caracterizar este público feminino. Dessa forma, reaplicou-se o formulário do Anexo A somente para as mulheres que participam dos projetos não madeireiros, assim o presente tópico discutirá, com base em gráficos, dados da realidade e produções teóricas sobre a temática para caracterização do estado civil, escolaridade, faixa etária, número de filhos e ocupação destas mulheres.

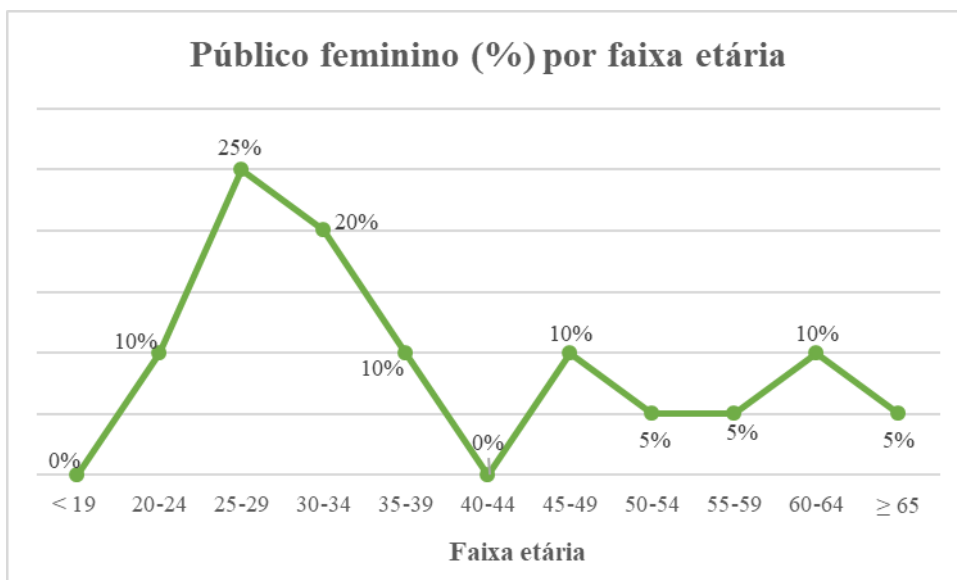
Desse modo, no que concerne ao estado civil, a maioria das mulheres se declara em união estável, seguidas das que se manifestam como casadas e solteiras, como demonstra o gráfico da Figura 13. No último censo publicado (2010), o tipo de união conjugal que mais cresceu no período intercensitário foram as uniões consensuais, também conhecidas como união estável. Em 2010, chamou a atenção o elevado percentual de pessoas que viviam em união consensual nas Unidades da Federação das Regiões Norte e Nordeste do País: no Amapá, por exemplo, esse percentual chegou a 63,5%, o maior do País.



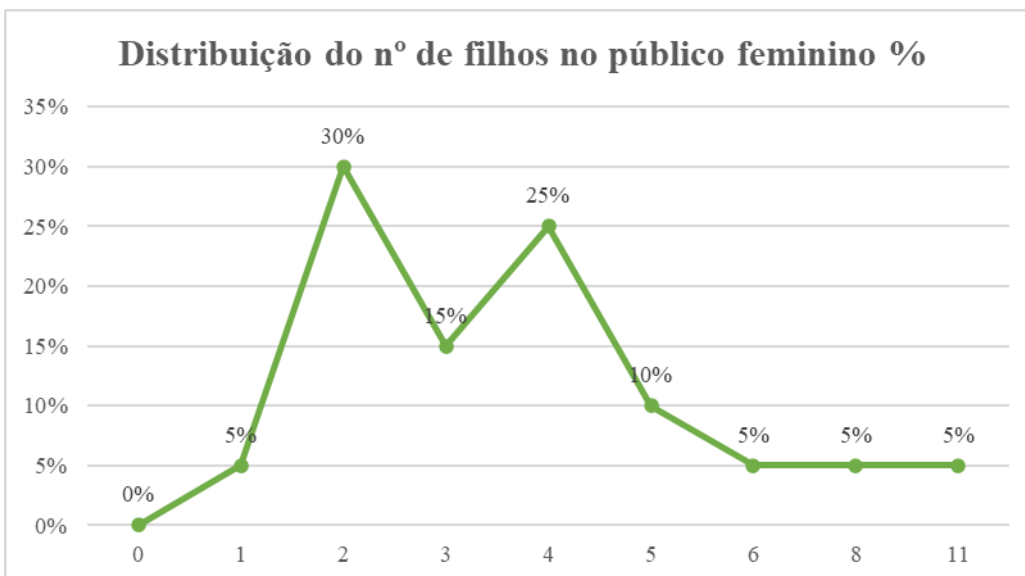
No que diz respeito ao nível de instrução do universo pesquisado, salienta-se um índice preocupante de baixa escolaridade dessas mulheres. Observou-se que a maioria delas declarou possuir apenas o ensino fundamental incompleto, seguido do ensino fundamental completo. O que chama a atenção é o elevado percentual de mulheres não alfabetizadas e ausência de beneficiárias que declaram dispor de qualquer nível de escolaridade acima do médio completo.



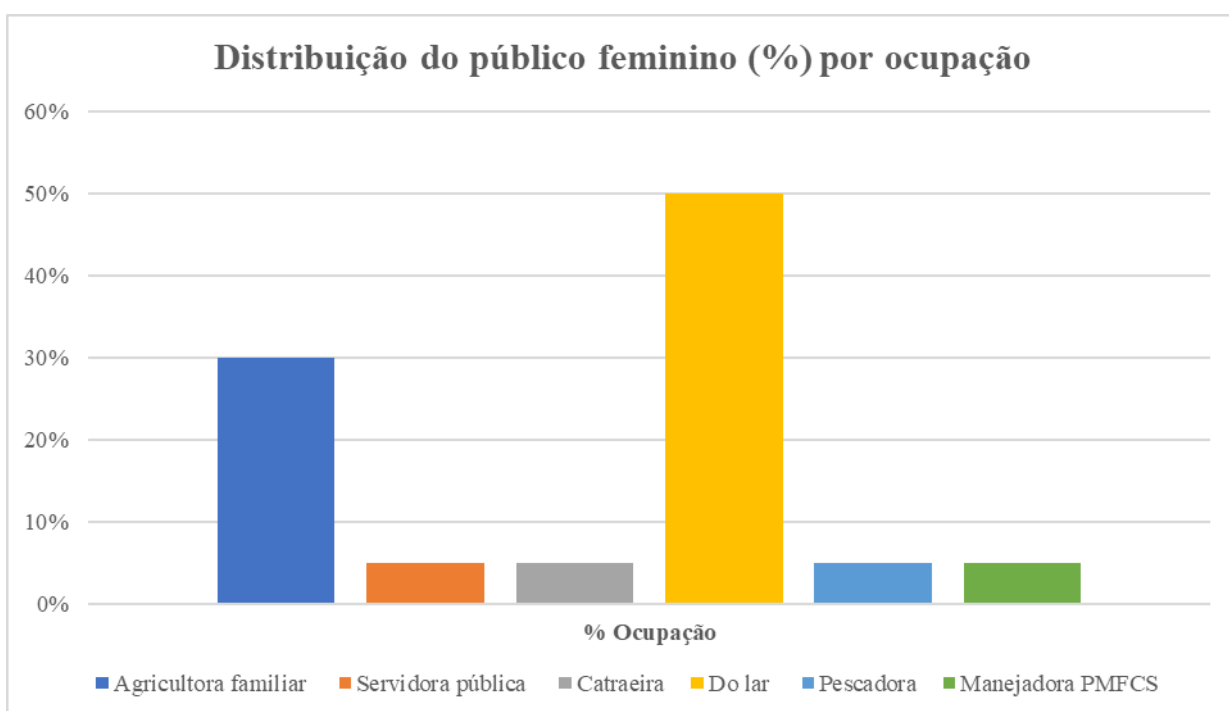
O público feminino com maior representatividade se concentra na faixa etária de 25-29 anos, em média 25% do universo pesquisado. A faixa etária seguinte, 30-34 anos também se destacou atingindo 20% das beneficiárias do PMFCS.



Com relação ao número filhos, a grande maioria possui 2 e 4 filhos, 30% e 25% das mulheres pesquisadas respectivamente. A tendência de queda no número de filhos por mulher se deu de forma diferente nas regiões do país, apesar de a fecundidade nas áreas rurais ser sempre maior que nas áreas urbanas, apresentando valores ainda acima do nível de reposição em todas elas. Pode-se citar a expansão de práticas contraceptivas, como forte influenciadora na redução da média de filhos no país, inclusive no meio rural. Bruschini (2000) infere que o planejamento familiar e o aumento da participação das mulheres no mercado resultaram na redução do tamanho das famílias. Do universo investigado, verificou-se que esses dados estão em compatibilidade com a média na área rural nacional registrada no último Censo (2010), de 3,4 filhos.

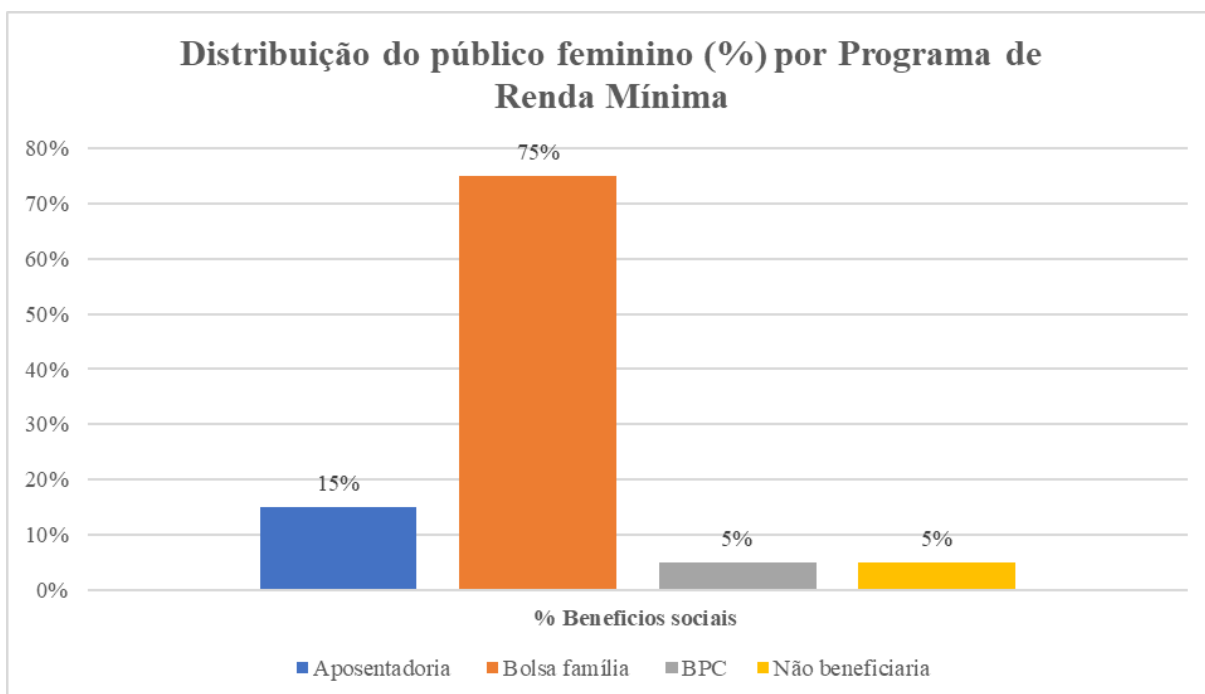


No que tange à ocupação, 50% declararam ser “do lar”. Já 30% se disseram agricultoras familiar. Na sequência, as ocupações de servidora pública, catraeira, pescadora e manejadora PMFCS aparecem empatadas em último lugar, cada uma com 5%, como mostra o gráfico abaixo.



Com relação ao acesso de Programas de Renda Mínima, 95% das mulheres se declararam ser beneficiárias de algum tipo de programa, dentre estes, o Bolsa

Família é majoritariamente o que mais compõem a renda dessas mulheres, representando a 75% do universo pesquisado.



Ainda no contexto de caracterização do perfil do público feminino, analisou-se a participação efetiva tanto na associação, quanto no envolvimento das atividades do manejo florestal comunitário sustentável. No universo pesquisado, 65% das mulheres são sócias da associação comunitária, no entanto, 90% delas não participaram de qualquer atividade do manejo antes da implantação dos projetos não madeireiros, conforme quadro abaixo.

Parâmetro	Envolvimento no PMFCS antes dos PNM	Associação na ACBEM
Não	90,00%	35,00%
Sim	10,00%	65,00%
Total Geral	100,00%	100,00%

4.2. ENTREVISTAS

As entrevistas foram realizadas com o público feminino que estava em atividade dentro da área de manejo florestal comunitário sustentável da ACBEM, em setembro de 2022. No momento da visita, havia 4 mulheres, sendo que uma delas não aceitou ser entrevistada. Apesar da reduzida presença feminina, as entrevistadas abrangeram

os mais diversos contextos possíveis, tais como, solteiras, casadas, com dependentes e sem dependentes e de religiões diferentes.

Das entrevistadas, somente uma é associada da ACBEM, as demais não são, pois não cumprem os requisitos de associação (ou não moram em uma das 5 comunidades que compõem a associação, ou ainda não constituíram uma família). Em geral, essas mulheres, quando não estão no manejo, são mulheres do lar, cuidam dos filhos, da casa ou ajudam nas atividades que geram renda para as famílias (pesca, criação de gado ou roça), muitas vezes, especialmente as casadas, assumem ambos os papéis.

A religião, seja católica ou evangélica, aparece como fator determinante na rotina das mulheres, visto que quando não estão dentro da área de manejo, frequentam a igreja todos os finais de semana. Dentre os eventos mais importante para as entrevistadas, aparecem os eventos religiosos, tais como a Celebração de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Congresso dos Senhores e o Festejo de Santa Luzia, que altera toda a rotina familiar e comunitária.

O acesso das mulheres às ocupações dentro do manejo ocorreu de forma similar para todas as entrevistadas, sempre através de indicação de parentes homens que são sócios da ACBEM. As mulheres casadas somente frequentam o manejo quando acompanhadas dos seus companheiros, que também trabalham na mesma área de manejo. A solteira necessitou do aval do pai, mesmo sendo maior de idade.

A partir de então serão transcritos trechos das falas das entrevistas, correlacionando-os com os assuntos abordados.

As mulheres casadas não costumam praticar atividades de lazer após as obrigações diárias dentro do manejo florestal. A solteira relata maior interação com os demais manejadores, como relatado abaixo.

“Quando eu tô aqui tento de todas as formas tipo não ficar triste, entendeu. Eu puxo conversa com um, conversa com outro, conto histórias. A verdade os meninos sempre falam que aqui desde o ano passado eles falavam bem assim, olha todo mundo podia chegar com uma cara diferente do mato, mas tu de lá do pátio, nunca vinha com um semblante triste, tu sempre vinha sorrindo. A gente passava o dia todo lá pro Ipanela, né e quando eu chegava aqui ainda sorria. Aí a gente ia brincar dominó, jogar baralho é, ali naquele pingue-pongue,

jogar dama. Eu sempre, por mais cansada que eu tivesse chegado, eu sempre tinha que brincar pra poder eu dormir.”

A religião não parece determinar as atividades laborais desenvolvidas pelas mulheres, ou limitá-las. Em geral, as práticas religiosas são reduzidas quando estão dentro do manejo, principalmente para as não católicas. Para elas, o trabalho acaba interferindo na prática da religião, não o contrário.

“Tipo aqui é um pouco difícil porque eu fico muito tempo longe da igreja e aqui a gente é muito difícil, eu não tenho quase alguém pra conversar sobre isso, né porque aqui todo mundo é, acho que só eu e mais dois somos evangélicos, o resto é todos católicos, né. Ai a gente, assim porque não tem com quem conversar sobre isso entende, aí a gente escuta mais música do que hinos [...].”

Sobre o entendimento do que é manejo florestal sustentável, as entrevistadas se sentiram acanhadas para responder à pergunta, mas compreendem a essência da atividade e definem como algo necessário e que ajuda muitas pessoas ao entorno.

“Eu acho tipo assim, né sustentável para as famílias, né porque não é todo tempo, né é de ano a ano, não é direto tirando, é por ano.”

A relação familiar, muda de acordo com o contexto que as entrevistadas se inserem. Uma delas relata ter 5 filhos, de 15, 12, 11, 9 e 4 anos e que quando se ausenta, conta com o irmão, como rede de apoio. Relata ainda que os quatro filhos mais novos estudam, mas a filha mais velha abandonou a escola, pois se “amigou” com um homem.

“Os outros estudam, a minha filha mais velha tava estudando mais parou por causa de homem.”

“Eu acredito que se eu tivesse um marido eu não estaria aqui. Filho se fosse pequeno, né, pequenino, né, que ainda dependesse muito de mim, tudo bem,

mas com marido realmente só se a gente viesse nós dois, né. Mas pra mim vim sozinha e ele ficar lá, não. Eu não estaria aqui.”

Através dos relatos das entrevistadas, percebe-se um reconhecimento externo do envolvimento das mulheres nas atividades de manejo florestal comunitário, como relata uma das entrevistadas.

“Aí pra baixo que nos fumo o pessoal admiro, né. E um senhor aí desse outro projeto, um meio forte, me falou: A senhora trabalha de ajudante de motoqueiro?! Eu falei sim. Ele falou: Parabéns, a senhora tá de parabéns, nunca tinha visto uma mulher trabalhar ajudante de motoqueiro. Ele falou desse jeito.”

No entanto, nota-se que há uma dificuldade interna (dos demais envolvidos no manejo) de reconhecimento da excelência feminina em determinadas atividades, especialmente as que são tradicionalmente desenvolvidas por homens.

“E aqui teve um dia, né, no momento da oração, antes de nos sair pro mato, o senhora lá, o que é coordenador de campo, me deu parabéns pela coragem, né e disse pros homens que eles estavam perdendo para uma mulher, né.”

“Logo que comecei ano passado, tipo, não vou citar nomes, mas não foi uma, nem duas vezes, que falavam assim: Não, tu não vai dar conta! Tem gente, homens que não deram conta lá no pátio, imagina uma mulher, não vai dar conta!

Aí teve um dia que eu liguei pra minha mãe chorando, né, que eu tinha ouvido isso. Aí ela me aconselhou, aí cheguei e falei pro gerente, eu quero ir embora, ele perguntou porque, eu disse não, porque além de ajudarem a gente, as pessoas diminui e eu ouvi pessoas falando que eu não ia conseguir, eu não vou conseguir.

Aí ele disse, pega isso como uma crítica construtiva, ele falou pra mim: Não deixa que isso venha te abalar, te desaminar pra querer fazer tu ir embora. Aí eu fiquei, né, vou lutar.”

“Eu ouvi muito, tu não vai dar conta, sabe, tu não vai dar conta. Ai eu disse, eu não tenho que provar nada pra eles, eu tenho que fazer, se eu tenho que provar alguma coisa, é pra mim, não pra eles. Ai tipo, eu foquei no meu trabalho. Ai com duas semanas, duas semanas não, uma semana, eu já cubava madeira lá no Ipanela, no pátio. Aí foi eu tipo fiquei até no final no romaneio, né. Ai quando foi esse ano eles conversaram comigo e falaram que o que eu queria ano passado, esse ano eu consegui, eu vou ficar no escritório.”

Dentre as entrevistadas, encontra-se a coordenadora geral dos projetos da Horta e do Viveiro, que relatou situações de atrito com as demais mulheres durante a coleta de sementes na área do manejo florestal.

“Nós não estamos sendo bem recebidas, agora não está tendo nem café pra gente tomar. Eu acredito que isso é um direito nosso, nós não estamos trabalhando para nós aqui dentro do projeto, nós estamos trabalhando pro projeto, né. Então eu acredito que um pouco de respeito, gritaram com nós, falaram palavrão, eles não, o coordenador de campo, né, que fez isso. Ele gritou com a gente, falou palavrão, mandou a gente calar a boca, então eu acredito que isso foi uma falta de respeito. Eu só quero que melhore, né. O passado é passado.”

4.3. CATEGORIAS VULNERÁVEIS

Durante as visitas que nortearam essa pesquisa, foram detectadas/relatadas situações de vulnerabilidade de mulheres e crianças e, por mais que não façam parte dos objetivos iniciais desta pesquisa, precisam ser registrados.

Na região em que as comunidades estão inseridas, o casamento infantil é uma prática normalizada, ocorrendo frequentemente a partir dos 13 anos de idade. A convivência com esta prática ilegal é tida por estas comunidades tradicionais como um hábito cultural. A grande maioria das entrevistadas e daquelas que responderam ao questionário socioeconômico iniciaram suas famílias ainda na pré-adolescência e, em alguns casos, o ciclo se repete com suas filhas.

Nessa mesma perspectiva, o trabalho infantil é recorrente. Registraram-se relatos de conflitos quanto a esse aspecto entre comunitários e a empresa que presta

assessoria técnica ao manejo florestal comunitário sustentável, que não permite a atribuição de atividades a menores de idade.

Em relatos mais fortes e profundos, foram detectados indícios e relatos contundentes de violência contra a mulher. Uma das entrevistadas relatou ter sido vítima de seu ex-companheiro por mais de 10 anos de violência doméstica, abuso psicológico e violência sexual, até ao ápice do atentado contra a vida de um dos filhos do casal e o da própria ex-esposa. Uma outra mulher que respondeu ao questionário socioeconômico relatou abusos sexuais na infância que foram o motivo para fugir de casa e iniciar uma família aos 14 anos de idade.

Os breves aspectos de vulnerabilidade relatados neste tópico merecem uma investigação mais aprofundada e ações efetivas de prevenção, combate e punição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados obtidos no levantamento socioeconômico e nas observações participantes, constata-se que a proporção de homens e mulheres, em especial na fase adulta, não é abruptamente desproporcional. Observa-se, também, o interesse do público feminino em desenvolver atividades que possam vir a ser fonte de renda extrafamiliar e de reconhecimento das atividades já desenvolvidas no cotidiano. Em geral, entre as entrevistadas o sentimento de preterimento, mesmo que velado, em relação a valorização das atividades desenvolvidas pelos homens dentro do manejo florestal, é de fácil percepção.

Ainda hoje, o debate de valorização de mão de obra feminina é permeado por antigas resistências e contradições que desprezam as particularidades das relações de gênero, não se conseguindo produzir os resultados esperados, nem sob a ótica do desenvolvimento capitalista, muito menos de equidade entre homens e mulheres.

Ao analisar o perfil socioeconômico do público feminino beneficiárias do PMFCS, verificou-se que esse perfil é composto por mulheres em união estável, em sua maioria usuárias do Programa Bolsa Família-PBF, com baixa escolaridade, com idades que variam entre 23 e 65 anos, com média de 2 e 4 filhos/as e que declararam-se, majoritariamente, como sendo “do lar” ou agricultoras familiar, corroborando com o perfil observado entre os dados da realidade e os referenciais teóricos estudados e consultados sobre mulheres no meio rural.

O cenário de equidade de gênero no setor florestal brasileiro é uma reprodução do cenário internacional, ambos excludentes de mão de obra feminina, por isso, são necessárias iniciativas efetivas para desengessar esse modo de organização e, assim, possibilitar modificações nessa realidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, W.R.S. **No vai e vem das marés, o movimento da vida: mulheres, família e trabalho na Ilha de Quianduba, Abaetetuba, Pará**. Belém: UFPA, 2016. 240 fls. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais).

AMARAL, P.; AMARAL NETO, M. **Manejo florestal comunitário: processos e aprendizagens na Amazônia brasileira e na América Latina**. Belém: IEB: IMAZON, 2005.

CDS, Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz. **Relatório dos seminários de manejo florestal comunitário de uso múltiplo para as comunidades da Reserva Extrativista Verde para Sempre**. Porto de Moz: CDS, 2014.

ESPADA, A. L. V.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M. Manejo comunitário e governança ambiental para o desenvolvimento local: análise de uma experiência de uso sustentável de floresta na Amazônia. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, p. 169-177, 2015.

FONSECA, I. F.; BURSZTYN, M. A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. **Sociedade e Estado**, v. 24, n. 1, 2009, p. 17-46.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, 2007, p. 595-609.

GREENPEACE. **O mapa da disputa**. Comunidades tradicionais querem reserva extrativista para conter a destruição da floresta e a invasão de madeireiros em Porto de Moz (PA), 2003.

ICMBIO, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Verde para Sempre**. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_da_resex_verde_para_sempre.pdf. Acesso em: 10 jul. 2021.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Desmatamento na Amazônia Legal entre 2004 e 2011**. Disponível em http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2011.htm. Acesso em: 10 jul. 2021.

MIRANDA, K.; AMARAL, W. R.; AMARAL NETO, M. A.; SOUSA, R. P.; COELHO, R. de F. Mulheres e o planejamento do manejo florestal comunitário e familiar na Reserva Extrativista Verde para Sempre. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, Jul. 2018.

MOREIRA, Edma Silva. **Tradição em tempos de modernidade: reprodução social numa comunidade varzeira do rio Xingu/PA**. Belém. EDUFPA, 2004.

MOTA, D.M. Família e Grupos Domésticos na Amazônia Paraense. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 2, maio/ago, 2014. p. 289-314,.

MOTA, D. M.; NASCIMENTO, D. A. S.; SCHMITZ, H. Mulheres com contratos de integração para a produção de dendê no Pará: redefinindo relações de gênero? **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 3, e192796, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.192796>

MMA, Ministério do Meio ambiente. Secretaria de Coordenação da Amazônia. **Laudo Biológico para criação da Reserva Extrativista Verde Para Sempre**, 2003.

NASCIMENTO, M. das G. O Trabalho Silencioso da Mulher no Interior da Floresta Amazônica. **Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente**, n. 11, Vol II, Març 1998.

SCHUCHOVSKI, M.; YOSHIOKA, M. H. (Org.) Panorama de gênero do setor florestal [livro eletrônico]. 2. ed. Curitiba, PR: Rede Mulher Florestal, Tree Consultoria em Diversidade e Inclusão, 2021. Disponível em https://www.redemulherflorestal.org/files/ugd/b9b159_633444a8da9d4898a98ac86145be6cfc.pdf. Acesso em: 28 mar. 2022.

SANTOS, D.; PEREIRA, D.; VERÍSSIMO, A. **O estado da Amazônia: uso da terra**. Belém, PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), 2013. 70p.

SIMONIAN, L. T. L. **Mulheres da Amazônia brasileira**. Belém, Pará: NAEA/UFPA, 2001.

SMITH, R. Formas de organizações e papel das organizações de apoio às iniciativas de manejo florestal comunitário. In: AMARAL, P.; AMARAL NETO, M.; KRÄMER, F. (org.). **Oficina de Manejo Florestal Comunitário e certificação na América Latina: resultados e propostas**. Belém: IMAZON, GTZ, IEB, 2005. 44p,

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2007.

VERÍSSIMO, A.; ROLLA, A.; RIBEIRO, M. B.; SALOMÃO, R. Áreas Protegidas na Amazônia Legal. In: VERÍSSIMO, A.; ROLLA, A.; VEDOVETO, M.; FUTADA, S M (org.). **Áreas Protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios**, 2011. p. 15-21.

VIEIRA, N.; SIQUEIRA, D.; DI PAOLO, D. “O que é de mulher e o que é de homem”: relações de gênero na pesca artesanal, comunidade de Bonifácio, Amazônia Oriental, Brasil. **Raízes**, v. 34, n. 1, 2014, p. 8-23.

OLIVEIRA, V. M.; MANFIO, G. M.; RIBAS, L. C. O Papel da Mulher no Mercado Florestal. **Anais....** In: JORNADA CIENTIFICA E TECNOLÓGICA DA FATEC DE BOTUCATU, 7, 2018. Botucatu, São Paulo: FATEC, 2018.

ANEXO A - QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

PERFIL SOCIOECONÔMICO FAMILIAR DA COMUNIDADE DE ACBEM

Nome completo: _____

Data de nascimento ____ / ____ / _____

Local de nascimento: _____

Estado civil: _____ Nº de filhos: _____

1. Quantos pessoas moram com você?

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () mais de 5

2. Quadro Familiar

Abaixo deverão ser lançados dados sobre sua família de origem. VOCÊ INCLUSIVE.

Membro	Idade	Escolaridade	Renda

3. Você ou algum membro de sua família são beneficiários de Programas Sociais (Bolsa Família, Benefício de Assistência Social etc.)?

() Sim. Qual? _____ Valor R\$: _____

() Não.

4. Marque as características que melhor descrevem a sua casa. Pode marcar mais de uma opção.

() Residência de madeira.

() Residência de alvenaria com acabamento.

() Residência sem acabamento (sem reboco, pintura, piso, banheiros inacabados, etc.)

Possui:

() Rede de Esgoto; () Fossa; () Banheiro (Quantos? _____); () Chuveiro () Água () Luz

Cobertura: () Laje () Telha () Outros (_____).

Piso: () Cimento () Taco () Cerâmica () Outros.

Número de Cômodos: _____

5. Quais, quantos e quando dos itens abaixo há em sua casa?

Quais	Quantos	Quando foi adquirido (Antes ou depois do manejo)
TV		
Rádio		
Computador		
Automóvel		
Geladeira		
Celular		
Acesso à internet		

6. Qual seu grau de escolaridade?

- () não alfabetizado
- () ensino fundamental incompleto.
- () ensino fundamental completo.
- () ensino médio incompleto.
- () ensino médio completo.
- () ensino superior incompleto.
- () ensino superior completo.

7. Você trabalha atualmente?

Sim () Onde? _____

Não ()

8. Qual atividade você desenvolve em seu dia a dia?

9. Quais suas habilidades e quais as atividades que você gosta de desenvolver?

10. Como se declara quando a raça/etnia?

11. Portador de necessidades especiais?

12. Há algo que possa interferir na questão socioeconômica da família?

13. Você se sente assistido quanto a saúde pública? Quando necessitam de atendimento médico como fazem?

14. Você e sua família estão com carteira de vacinação em dia?

15. Você e a sua família já foram ao dentista alguma vez? Se sim, qual a frequência?

16. Quais as mudanças que você enxerga para a comunidade desde que o manejo iniciou?

17. Quais os bens que você e sua família adquiriram desde o início do manejo?

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Quais as atividades desenvolvidas no seu dia a dia?

Quais as atividades que as mulheres geralmente estão mais envolvidas na comunidade?

Qual a sua religião? Com que frequência participa das celebrações religiosas?

Quais as atividades de lazer? (Igreja, futebol, banho de rio)

A religião interfere de alguma forma nas suas escolhas de trabalho?

Existe alteração da rotina ao longo dos meses do ano devido alguma atividade específica? (Durante as fases do manejo ou alguma celebração religiosa, por exemplo).

O que você entende por manejo florestal? Você já participou de alguma das capacitações/treinamentos realizados para a execução das etapas do manejo florestal (inventário, extração, arraste etc.)? Se não, por quê?

Você tem vontade de participar de alguma atividade do manejo florestal? Se sim, qual? Se não, por quê?

Quais os conhecimentos você possui sobre a produção de mudas e cultivo de hortaliças? (Floração, coleta de semente, fenologia, tratamentos culturais).

Como funciona a questão de cuidado das crianças, os serviços da casa? Você tem apoio? Quando você precisa se ausentar, quem fica responsável por essas atividades?

Desenvolve alguma atividade na associação? Se sim, qual? E como foi para se envolver. Se não, gostaria de desenvolver alguma atividade? Há alguma barreira?

Observações pertinentes

- *Verificar quantas igrejas/templos/ou espaços para se praticar atividades religiosas cada comunidade possui.*

Orientações

- *Entrevistar a mulher mais velha da comunidade, a mais jovem casada e solteiras;*
- *Entrevistar as mulheres que sejam referência (como as que estão na associação) e as mulheres que participaram de algum curso de capacitação.*
- *Gravar as entrevistas e as entrevistadas devem assinar um termo de livre consentimento.*

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistada e participar na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada “INCLUSÃO DO TRABALHO FEMININO NAS ATIVIDADES DE MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO NA RESERVA EXTRATIVISTA VERDE PARA SEMPRE, PORTO DE MOZ, PARÁ.” desenvolvida por Géssica Nayara da Luz Serejo. Fui informada, ainda, de que a pesquisa é orientada pela Profa. Dra. Rosana Quaresma Maneschy, da Universidade Federal do Pará.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informada dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais são fomentar a inclusão e valorização social das mulheres nas atividades produtivas e econômicas relacionadas ao manejo florestal.

Fui também esclarecida de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Pará.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semi-estruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e sua orientadora.

Fui ainda informada de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura da Pesquisadora

Assinatura da Orientadora